

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates  
pela História

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano  
Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende  
Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

DEPÓSITO LEGAL

.....

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

2



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XXI  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro  
Coordenação



utros Combates  
pela História

# HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Manuel Alberto Carvalho Prata

CULTURA E INSTRUÇÃO: ALGUNS TÓPICOS NA IMPRENSA  
PERIÓDICA ESTUDANTIL DE COIMBRA (1880-1900)

Como membro do CEIS20, quero, em primeiro lugar, saudar e felicitar a sua direcção, na pessoa da Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e também a Prof.<sup>a</sup> Isabel Vargues, coordenadora do grupo a que pertenço, não só por esta iniciativa, para comemorar os dez anos de existência do Centro, mas também no reconhecimento, merecido, ao Prof. Doutor Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, meu Mestre e Grande Amigo, de há longos anos, e ainda pelo felicíssimo título que encontraram, *Outros Combates pela História*, para este colóquio, fazendo-nos assim recordar Lucien Febvre, Marc Block e outros, que encetaram um combate importante em prol de uma nova história.

### 1. Que História?

Como todos sabemos, com o movimento dos Annales, a história sofre um grande impulso e uma grande renovação, quer ao nível dos conceitos, quer ao nível metodológico. Se, para a escola metódica o documento escrito era a fonte por excelência, para os homens dos Annales a concepção de fonte alarga-se e diversifica-se. Para estes novos arautos, a história devia fazer-se com documentos escritos, quando existem, mas também, como nos diz Lucien Febvre, «sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais... Numa palavra, com tudo aquilo que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem»<sup>1</sup>.

Em termos metodológicos, o estudo de séries, por exemplo, ganha preferência relativamente ao estudo de acontecimentos isolados e factos singulares, pois se estes se moviam num tempo curto, havia que dar mais atenção a um tempo médio e longo.

Para além da longa duração, a Escola dos Annales atribuía, também, uma grande importância à questão da interpretação, isto é, ao *porquê*, em vez de ao *quando*.

---

<sup>1</sup> Lucien Febvre, *Combates pela História*, tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Monis, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1977, p. 213.

Como consequência destas coordenadas, o movimento dos Annales reivindica uma história com um forte sentido de interdisciplinariedade, uma história global e civilizacional e, portanto, de dimensão social.

Face a este corolário, à noção de «Estado-Nação» sobrepõe-se, agora, a noção de «Estado-Sociedade». Esta mudança veio, sobretudo em França, pôr fim à história-memória e, conseqüentemente, multiplicar as memórias particulares. Daí que Pierre Nora nos diga que «La nation-mémoire aura été la dernière incarnation de l'histoire-mémoire»<sup>2</sup>.

Estas mudanças tiveram, igualmente, os seus reflexos ao nível das instituições escolares, no processo de ensino-aprendizagem e, portanto, na instrução e na cultura. A publicação do relatório Girault, em 1983, em França, é bem a prova disso, pois cerca de 2/3 dos alunos inquiridos não faziam ideia de muitos acontecimentos e da sua localização no espaço e no tempo, desconheciam o nome de muitas personalidades e tinham um conhecimento fraccionado da realidade<sup>3</sup>.

Fruto de uma ideologia reinante, entre nós não se operaram as mudanças que se verificaram em França, nos anos subsequentes a 1930. No nosso país não houve rupturas, mas uma certa continuidade com uma ou outra ligeira inovação, sobretudo em concepções pedagógico-didáticas, como aconteceu com a reforma do ensino liceal de 1947-48<sup>4</sup>. Só a partir da crise do Estado-Novo, nos 60, a situação começa a sofrer modificações, que se acentuam depois do movimento de Abril de 1974.

Pesem embora as críticas aos homens dos Annales, o que é certo é que o conceito de História foi-se recompondo e modificando. A História não é mais, como eu aprendi nos bancos do liceu, uma narração cientificamente ordenada dos factos do passado, nos quais o homem é o actor.

A história é hoje uma ciência, sobretudo quando feita «por um corpo especializado de técnicos, a ordem dos historiadores»<sup>5</sup>, mas também porque a dignidade de ciência lhe vem da necessidade que a história tem de técnicas e de actualização dos seus métodos. Amado Mendes diz-nos mesmo que, na metodologia actual, se continua a usar «o rigor da crítica, a exactidão das referências, a fidelidade na transcrição de textos e a indicação precisa das fontes»<sup>6</sup>.

Ciência, sim, mas não uma ciência «tout court», mas vista em toda a sua complexidade e no seu sentido mais lato e diversificado, porque atenta e interessada em todas as modalidades. Mas também uma ciência viva e actuante e não uma relíquia do passado. A história torna-se contemporânea, uma vez que o passado, ao ser apreendido no presente, procura responder aos seus problemas, anseios, preocupações e interesses.

---

<sup>2</sup> Pierre Nora, «Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux», *Les lieux de mémoire. La République*, vol. I, Paris, Gallimard, 1984, p. XXIII.

<sup>3</sup> Cfr. Luís Reis Torgal, «História...Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional», *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, tomo III, Coimbra, 1987, p. 849.

<sup>4</sup> «Acresce que há disciplinas cujo ensino simultâneo é sem dúvida vantajoso, pelas relações de umas com as outras, como sucede por exemplo, com o Português e o Francês..., a Literatura e a História. O ensino sucessivo de disciplinas isoladas não se molda a um dos objectivos normais do curso geral dos liceus, que é o desenvolvimento não por parcelas, mas global, de todas as faculdades e tendências do espírito» (Decreto-Lei n.º 36 507, *Diário do Governo*, I Série, n.º 216, de 17 de Setembro de 1947, p. 881).

<sup>5</sup> H. I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, 3ª. ed., tradução de Ruy Belo, Lisboa, Aster, 1974, p. 25.

<sup>6</sup> José Maria Amado Mendes, *A história como ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 71.

Mas também ainda, porque se todo o conhecimento é relativo, a história não dá respostas exactas nem conclusões definitivas. Daí a existência e a defesa de uma história problema.

## 2. Mais História da Educação

No que à área da História da Educação diz respeito, diremos, na senda de Joaquim Ferreira Gomes<sup>7</sup> e António Nóvoa<sup>8</sup>, que a infância desta disciplina se situa no último terço do século XIX, que está umbilicalmente ligada à formação de professores, desde 1901<sup>9</sup> e que por motivos vários, não lhe tem sido reconhecido um estatuto autónomo, apesar dos inúmeros títulos que têm sido dados à estampa desde 1870, com a publicação da obra *A Instrução Nacional*, de D. António da Costa.

À semelhança do que aconteceu com a história em geral, a grande renovação da História da Educação deu-se, também, após Abril de 1974. Como muito bem anotou Ferreira Gomes, assistimos, a partir de então, a «uma investigação menos condicionada, mais multifacetada e mais preocupada com o passado contemporâneo»<sup>10</sup>.

Reflectindo sobre a historiografia da Universidade em Portugal, numa comunicação apresentada em 1987 ao 1.º Encontro da História da Educação em Portugal, Reis Torgal não só nos dá conta de um conjunto de fontes, documentos e bibliografia sobre a matéria, como também nos alerta para uma nova maneira de fazer e encarar a história. A este propósito diz-nos: «A nossa intenção é ultrapassar a análise essencialmente factual e formal, que tem caracterizado alguns estudos anteriores, e encarar a instituição universitária como uma *realidade social*, veiculadora de *concepções culturais* próprias, que têm subjacentes *mecanismos ideológicos* de poder e de contra-poder e que supõe a reprodução de determinadas *estruturas mentais*. Assim, procurar-se-á captar as suas *bases de conservação* e a sua *dinâmica de mudança* e os *focos de conflito* interno e de confronto com outras forças»<sup>11</sup>.

Com algumas excepções e de que é exemplo António Nóvoa<sup>12</sup>, de uma maneira geral, a investigação histórica em educação tem sido levada a cabo por historiadores isolados.

---

<sup>7</sup> «A Investigação em História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, org. de António Nóvoa e Júlio Ruiz Berrio, Lisboa, 1993, pp. 55-64.

<sup>8</sup> «Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal cit.*, pp. 11-22.

<sup>9</sup> Cf. Joaquim Ferreira Gomes, «Situação actual da História da Educação em Portugal», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 11 e ss.

<sup>10</sup> «A Investigação em História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal cit.*, p. 57.

<sup>11</sup> Luís Reis Torgal e Maria do Rosário Azenha, «A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 182.

<sup>12</sup> É o caso da obra *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (Séculos XIX-XX)*, dir. de António Nóvoa, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993, que teve a colaboração da seguinte equipa de investigação: Filomena Bandeira, João Carlos Paulo, João Paulo Salvado, Maria da Luz Sampaio, Susana Miranda e Vera Teixeira. Como consultores internacionais: Pierre Caspard e Maurits De Vroede.

Uma vez que a sociedade de hoje se pauta por um forte sentido de universalização da informação através dos meios de comunicação social, que a história deve ser entendida no seu sentido lato e polimorfo, que o saber é cada vez mais um saber constituinte e interdisciplinar e porque a História da Educação, como qualquer outro ramo do saber, deve estar sempre disponível a reconstituir-se e a renovar-se, pois só assim terá capacidade para responder às necessidades e exigências dos tempos, que mudam, haverá que procurar novos caminhos e soluções. Haverá que criar não só uma nova figura de investigação, mas também procurar novos campos de acção. A primeira passaria pela apresentação e execução de projectos que integrassem investigadores com formações diferenciadas (o CEIS20 poderá ser aqui um bom exemplo); a segunda, por intensificar as pesquisas de outras fontes, indo assim ao encontro do que Lucien Febvre apelidou de «zonas pioneiras» da História, pois, em seu entender e sempre que há carências, «ser historiador é... nunca se resignar»<sup>13</sup>. São, com toda a certeza, combates bonitos e interessantes pela História, em geral, e pela História da Educação, em particular, sobretudo quando disciplinas como a História e a Filosofia, que nos ajudam a pensar e a compreender o homem, são, hoje, preteridas em favor de novas tecnologias, que são importantes, naturalmente, mas como instrumentos de trabalho no processo de ensino-aprendizagem.

De uma maneira geral, até aqui, a História da Educação tem-se desenvolvido, essencialmente, no âmbito e espaço nacionais. Mas os tempos são de mudança. Caminhamos no sentido de uma progressiva permeabilidade de fronteiras culturais. Graças aos avanços técnicos e científicos e à partilha da informação assistimos, também, ao nascimento de uma consciência universal que leva à existência de problemas comuns que requerem soluções conjuntas.

Ao nível do ensino superior, o processo de Bolonha, com a sua proposta de internacionalização de instituições, professores e alunos, pode ajudar a evidenciar melhor aquelas verdades. Os homens da História da Educação têm aqui uma porta aberta para um novo e aliciante combate, que é irem ao encontro do mundo de além-fronteiras e, portanto, investigarem outras realidades sociais e culturais, que, certamente, nos ajudam a compreender melhor as nossas. Poder-se-ia caminhar no sentido de uma História da Educação comparada.

Não queremos com isto olvidar a dimensão nacional e local, onde já se produziu muita coisa. Mas, convínhamos, também, onde há ainda muito a fazer. Retomando o exemplo da historiografia da Universidade, diremos que, para além de uma revisão a fontes já estudadas, se façam e intensifiquem pesquisas de outros materiais como livros de memórias que estudantes escreveram, livros de contos e poesias, récitas, fotografias, códigos de praxe, processos académicos, comunicados da Associação Académica, panfletos, livros de curso, jornais e revistas, etc. É que, hoje, como há sessenta e cinco anos, a história da Universidade «não está ainda feita»<sup>14</sup>, apesar dos inúmeros trabalhos que, entretanto, têm vindo a ser dados à estampa.

---

<sup>13</sup> *Combates pela História cit.*, p. 213.

<sup>14</sup> António de Vasconcelos, *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*, reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. II, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1988, p. 111.

Mas há também que alargar a investigação a outros campos como, por exemplo, ao ensino particular, ao actual ensino técnico-profissional e compará-lo com o antigo ensino comercial e industrial e ao ensino politécnico.

Há, igualmente, que visitar os arquivos distritais e as bibliotecas municipais assim como os arquivos e as bibliotecas de instituições de ensino espalhadas por esse país fora, onde há, com toda a certeza, um grande manancial de documentação que é desconhecido e da qual é importante fazer o seu levantamento. A título de exemplo recordamos os vários jornais e revistas escolares que se publicam em muitas escolas, os arquivos das antigas escolas de Educadores de Infância e do Magistério Primário, dos liceus e das escolas comerciais e industriais. São bons combates em prol de mais História da Educação e, conseqüentemente, de uma boa contribuição para a renovação do trabalho historiográfico.

### 3. Imprensa periódica e história da cultura

O conceito que hoje se tem de cultura é um conceito amplo, que nada tem a ver com aquele outro, restrito, que passava, simplesmente, pelo campo particular de práticas e de produções intelectuais e artísticas de uma determinada elite. Pensar a cultura é não excluir as noções de produção e reprodução cultural, mas também reconhecer como é que todas as relações, incluindo aqui as económicas, as sociais e as políticas, se organizam em esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais. Neste sentido, entende-se a cultura como um conjunto de significações que passam não só pelas práticas, produções e reproduções, mas também pelos discursos e pelos procedimentos aparentemente menos culturais.

Como sabemos, o século XIX foi, em Portugal, um grande século de instrução e de cultura. Segundo Joaquim de Carvalho, «depois do século XVI nenhum outro se lhe compara»<sup>15</sup>. As noções de «instrução pública» e de «instrução popular» fizeram aqui a sua afirmação e desenvolvimento<sup>16</sup>. De igual modo, a par de uma cultura burguesa assistimos, também, à valorização de uma cultura popular. É que, apesar das diversas tendências, tanto os monárquicos liberais como, mais tarde, os republicanos reconheciam que a ignorância é inimiga do desenvolvimento, da liberdade e da justiça. Por isso, era através da educação, da instrução e da cultura que se devia erguer o edifício social.

Embora o século XIX tenha feito uma certa divulgação do livro<sup>17</sup>, foi sobretudo através dos jornais e das revistas que o público ia tomando conhecimento dos principais

---

<sup>15</sup> Joaquim de Carvalho, *Obra Completa. V – História e crítica literárias. História da Ciência*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 41.

<sup>16</sup> Cfr. Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984; «Produção e reprodução cultural», *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>17</sup> «A facilidade de comunicação e a competição de novos livreiros, Orçel à frente, de mais rasgo e actividade que os seus predecessores timoratos, quando não vigiados, fizeram com que Coimbra abrisse de par em par as janelas da curiosidade pelo que se publicava além fronteiras e nos escaparates da Calçada se ostentassem os frontispícios mais atraentes da última hora» (Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, p. 52).

acontecimentos, adquiria informações sobre as mais diversas matérias e se inteirava dos propósitos das diferentes forças políticas. Em 1841, era António Feliciano de Castilho quem se congratulava com o jornalismo do século, porque, em seu entender, era mais através dos jornais e não dos livros que as ideias, a cultura e a ciência deviam chegar a todos, mas sobretudo às camadas populares. Por isso dizia: «os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos»<sup>18</sup>.

Mais tarde, Teófilo Braga, falando-nos da importância de uma boa opinião pública, diz-nos que a melhor via para se fazerem chegar ao povo as ideias era o recurso às publicações periódicas, sendo a revista científica e literária o instrumento mais eficaz, na medida em que ela «é o meio mental em que melhor se elabora um livro»<sup>19</sup>.

Também D. Antonio da Costa evidencia as vantagens que a força de uma boa imprensa pode trazer. Em sua opinião a imprensa pode prestar um excelente serviço não só à educação popular, porque por ela «se difunde um número imenso de ideias proveitosas»<sup>20</sup>, mas também na consciencialização cívica dos cidadãos, já que a existência de liberdade «chama os cidadãos todos a tomar parte na vida social»<sup>21</sup>.

Para além de uma importante fonte de informação histórica, os jornais e as revistas assumem-se, igualmente, como espaços privilegiados de formação, de intervenção e de animação. Assumindo-se como uma forma de produção e reprodução cultural, a imprensa afirma a sua importância no contexto de uma história da cultura.

#### 4. Características gerais da imprensa estudantil

Como realidade social que é, a Academia de Coimbra é veiculadora de concepções culturais, às quais não são alheios mecanismos ideológicos de poder e contra-poder. Estas concepções culturais desenvolviam-se à margem das aulas e do estudo das sentenças e passavam, nos cafés, nas tascas, nas repúblicas, em casas particulares e outros locais de sociabilidade, pela discussão de temas literários, filosóficos, educativos, religiosos, etc.

Detendo-se em pensamentos reflexivos, os estudantes de Coimbra, sobretudo os mais intelectuais e os mais activistas, tiveram a intuição do espírito dos tempos, vendo em jornais e revistas não só movimentos de opinião e de cultura, mas também de carácter político.

Diga-se, desde já, que a imprensa estudantil não é uma imprensa qualquer. Ela tem características que lhe são muito próprias. Para além de uma vida bastante efémera, pois, por motivos vários, a grande maioria das publicações não vai além de 2-3 meses, da sua composição e apresentação gráfica, porque algumas apresentam-se copiografadas, litografadas e com bastantes ilustrações, o que lhes confere um certo aspecto provocatório, o tipo de público a que se destinam, normalmente um público bastante

---

<sup>18</sup> Apud Luís Reis Torgal e Isabel Vargues, «Produção e reprodução cultural», *Ob. cit.*, p. 693.

<sup>19</sup> *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983, p. 170.

<sup>20</sup> *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, p. 239.

<sup>21</sup> *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p. 8.

diversificado<sup>22</sup>, a maior parte delas situa-se em campos opostos e até antagónicos em relação à Universidade, apesar de, normalmente, a ideia de estudante de Coimbra ser sinónimo de Universidade<sup>23</sup>.

De uma maneira geral, os periódicos estudantis afirmam-se, antes, por um certo distanciamento e até por uma posição de irreverência em relação à Universidade e aos seus mestres. Daí as muitas críticas que fazem à estrutura universitária em si mesma, à esterilidade da sua ciência e ao modo como muitos professores se assumem<sup>24</sup>.

As temáticas abordadas centram-se, essencialmente, na divulgação de uma cultura de cariz mais prático e perspectivada em termos de presente e de futuro. A perspectiva de uma cultura para o futuro passa, inclusivamente, pela escolha dos próprios títulos e pelos objectivos que os norteiam, sobretudo os de tendências republicanas. Se a *Revista Científica e Literária* se preocupava «com o grande movimento social, que em volta de nós se opera; adquirir a consciência nítida do que somos, do que valem e do que podemos valer, económica e politicamente»<sup>25</sup>, já o jornal *Voz de Porvir*, cujo título é sintomático, nos diz claramente que os seus redactores estão apostados em ensinarem «a todos a maneira de preparar o futuro, mas um futuro em que a honra não seja um mito, nem a moralidade objecto de escárnio; em que a economia não seja, como é hoje, sinónimo de desperdícios inúteis e funestos, nem o trabalho causa de desdêns e vilezas»<sup>26</sup>.

## 5. Cultura e instrução na imprensa estudantil – alguns tópicos

Apesar de o liberalismo fazer da cultura uma das suas pedras de toque, o que é certo é que, até 1850, os golpes e contragolpes políticos não possibilitaram a estabilidade social e cultural do nosso país. Graças à reconciliação das classes possidentes, esta tarefa vai ser, em parte, obra de Regeneração, quer através do lançamento que fez das grandes obras públicas, as quais tiveram o seu corolário na abertura de estradas e na rede ferroviária, do que é exemplo a linha da Beira Alta, que possibilitou a ligação Lisboa-Paris, a partir de 1865, quer no surto de desenvolvimento agrícola e bancário e, a partir de 1870, do sector industrial<sup>27</sup>.

---

<sup>22</sup> *O Panorama Contemporâneo*, por exemplo, tinha correspondentes e vendia-se em mais de 30 localidades, só no continente.

<sup>23</sup> Alfredo de Pratt, *Bohemia de Coimbra. (Epizodios da vida academica)*, Coimbra, Imprensa Académica, 1899, p. 12.

<sup>24</sup> A título de meros exemplos referimos dois depoimentos de alunos. O primeiro, de Campos Lima criticando o grande desajustamento dos conteúdos programáticos à realidade da vida. Diz-nos que havia «muito bacharel formado que nunca ouviu falar em Darwin mas é capaz de papaguear, aprendida na aula de História, a patranha de Adão e Eva» (Campos Lima, *A Questão da Universidade. (Depoimento d'un estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907, p. 40). O outro é do aluno J. F. Azevedo e Silva sobre o modo como, em 1882, o Prof. José Frederico Laranjo regeu a cadeira de Direito Administrativo. Este testemunho foi publicado num jornal estudantil (Cfr. *A Evolução*, n.º 29, 22 de Julho de 1882, pp. 2-3).

<sup>25</sup> *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, Coimbra, Dezembro de 1880, p. 1.

<sup>26</sup> *Voz do Porvir*, n.º 1, Coimbra, 7 de Março de 1897, p. 1.

<sup>27</sup> Cfr. Oliveira Martins, *Portugal Contemporaneo*, vol. II, Publicações Europa-América, n.º 318, Mem Martins, s.d.; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

Embora Coimbra fosse, na província, um centro difusor de cultura, por causa da sua Universidade, foi a partir de 1865 que aquele mundo isolado em que o estudante vivia começou a sofrer profundas alterações. Graças aos livros que chegavam pelo comboio, as novas ideias de além-fronteiras começam a instalar-se e a sociedade passa a ser encarada numa nova dimensão, ou seja, numa perspectiva de totalidade, cuja expressão se consubstancia, agora, na ideia de Humanidade<sup>28</sup>.

Como jovens do seu tempo, os estudantes de Coimbra, sobretudo os mais audazes intelectualmente e os mais activos politicamente, não vão ficar quietos face aos enunciados deste novo ambiente cultural. Entusiasmados, cantam em verso o novo pensamento. Assim fez Henrique Pereira, no poema que, propositadamente, intitulou de «Positivismo»:

«A ciência cavou o abismo do passado  
Desentranhou da história as crenças primitivas  
e arrastando Jeová à luz, já verminando,  
cravou-lhe o bisturi nas carnes ainda vivas!  
Era velho de mais, aborreceu-lhe a idade  
Minava-o o reumatismo, a gota, o desalento  
e deixou-se morrer em nome da verdade  
E as cinzas que deixou levadas pelo vento  
Perderam-se no ar; e o livre pensamento,  
Criou um novo Deus: o amor da Humanidade»<sup>29</sup>.

Alguns chegam mesmo a acreditar que se vivia uma época decisiva, porque entendiam que nem a filosofia que servia de suporte ao liberalismo nem a monarquia constitucional, porque assentes num fundo individualista e jusdivinista eram já capazes de resolver as contradições existentes na sociedade. Por isso escreviam: «a função do constitucionalismo é... preparar o povo que o absolutismo educou para a democracia que tem de lhe suceder. Vê-se, pois, que o constitucionalismo é de sua natureza transitória e está condenado a desaparecer como todo o órgão que não tem função»<sup>30</sup>.

A solução passa, agora, pela adopção do evangelho do positivismo. Se à Revolução Francesa coube a felicidade de libertar o indivíduo, aos positivistas cabe efectivar um projecto regenerador que englobe os níveis cultural, moral, económico e político da sociedade. Este sentido de totalidade traduzia-o um periódico estudantil nos seguintes termos: «até hoje a revolução pretendia tornar o indivíduo livre e independente, agora pretende criá-lo sócio»<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> «Mas a nossa descoberta suprema foi a da Humanidade. Coimbra de repente teve a visão e a consciência adorável da Humanidade... Por todos os botequins de Coimbra não se celebrou mais senão essa rainha de força e graça, a Humanidade» (Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, 3.ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 255).

<sup>29</sup> Apud, *A Evolução*, n.º 6, Coimbra, 1 de Janeiro de 1882, p. 3.

<sup>30</sup> *A Evolução*, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1881, p. 1.

<sup>31</sup> *Folha Académica*, n.º 3, Coimbra, 3 de Março de 1886, p. 12.

Todavia, este projecto regenerador não passava por uma via revolucionária, à maneira do socialismo, mas antes por uma reforma intelectual e moral da sociedade. Depois, com o tempo, viriam as necessárias alterações políticas e económicas. Para a concretização deste projecto havia que educar e instruir o povo. Daí que um jornal de estudantes escreva: «a ilustração é uma das condições indispensáveis para o progresso material dos povos; porque da inteligência esclarecida dos que os regem, depende a adopção das medidas sensatas que lhes proporcionem prosperidade»<sup>32</sup>, para a *Revista Científica e Litteraria* logo acrescentar: «este trabalho... compete aos novos, à mocidade»<sup>33</sup>. É isto que os estudantes de Coimbra vão procurar fazer, em diversos periódicos.

De uma maneira geral, uma das principais linhas de força que estes periódicos nos transmitem é a ideia de progresso. Ligada à ideia de progresso está a de cientismo, isto é, a concepção de que a ciência é a forma terminal do conhecimento humano. O progresso só era possível desde que passado pela ciência<sup>34</sup>.

Ligada às ideias de progresso e de ciência está a de instrução, como sendo «um dos primeiros elementos, para uma nação se poder engrandecer, progredir e finalmente para incutir a verdadeira força a todo o organismo social»<sup>35</sup>.

O conceito de instrução funciona aqui como um verdadeiro motor de cultura e de promoção civilizacional. Daí que nos vários periódicos se divulguem o maior número de temas e de questões, para ilustrar o público. Assim, a *Revista Científica e Litteraria* procurava «abrir um campo de publicação não só às manifestações da Arte, mas também às da ciência»<sup>36</sup>. Também *O Panorama Contemporaneo*, para além de alguma criação literária e poética divulgava estudos sobre Língua Portuguesa, História, Arte e assuntos vários no domínio das Ciências da Natureza. Questões de religião e de política foram igualmente tratadas na revista *A Academia de Coimbra*. O mesmo se passava com *Folha Académica*, ao propor «abranger todas as manifestações intelectuais, desde a crónica ligeira e fugidia, ao meditado artigo de ciência»<sup>37</sup>.

Diga-se, no entanto, que a divulgação destes conhecimentos não era feita de uma maneira qualquer. Tendo sempre presente um certo sentido pedagógico, procurava-se utilizar uma linguagem simples e inteligível, de acordo com o tipo de público a que se dirigiam, pois, caso contrário, «a ciência não aproveita a ninguém. Por isso é preciso expungí-la, quanto possível, do arsenal técnico, do aparato severo que cinge a ideia na forma, da aridez nua sem prejuízo da verdade»<sup>38</sup>.

---

<sup>32</sup> *O Panorama Contemporaneo*, n.º 5, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1884, p. 33.

<sup>33</sup> *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, Coimbra, Dezembro, 1880, p. 2.

<sup>34</sup> «A ciência espalha por toda a parte os seus benéficos resultados, a civilização caminha e o progresso triunfante invade todas as manifestações da actividade humana» (*Voz do Porvir*, n.º 2, Coimbra, 14 de Março de 1897, p. 2).

<sup>35</sup> *Correio da Universidade*, n.º 1, Coimbra, 16 de Outubro de 1886, p. 1.

<sup>36</sup> *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 3.

<sup>37</sup> *Folha Académica*, n.º 1, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1886, p. 1.

<sup>38</sup> *O Panorama Contemporaneo*, n.º 6, Coimbra, 15 de Fevereiro de 1884, p. 47.

Divulgam-se, também, conhecimentos úteis e práticos para a vida, a par de alguns conselhos. Sob o título genérico de «As Belezas da Sciencia», *O Panorama Contemporâneo*<sup>39</sup>, em vários números, dava a conhecer as últimas conquistas da ciência. Num desses artigos, Manuel Emídio Garcia, socorrendo-se do exemplo das «huertas de Valência», chama a atenção dos nossos agricultores para os modos de se conseguir aproveitar melhor a água para regar os campos; no mesmo sentido, o jornal *A Evolução* exorta os agricultores do Douro a «formar uma associação com estatutos e uma direcção encarregada de estudar as questões que importam a esta região agrícola e representar os seus interesses»<sup>40</sup>. Este mesmo periódico recomendava a leitura de alguns livros como *Higiene do Gabinete de Trabalho*, recentemente publicado em Paris, onde se apontam normas e princípios sobre o modo como, numa cidade, se deve montar um escritório<sup>41</sup>. Com o título de «Sciencia para todos», outro periódico ensinava algumas maneiras de se obter corrente eléctrica<sup>42</sup>, para a revista *A Social* anunciar o começo das aulas nocturnas para operários, no Instituto de Coimbra<sup>43</sup>.

Procura-se, igualmente, instruir e cultivar os leitores com temas de carácter literário. São os contos, os romances e os folhetins que a maior parte dos periódicos publicam, mas onde não falta a sátira e a crítica de costumes.

Um lugar especial para a poesia, sendo de assinalar poemas de António Feijó, Manuel da Silva Gaio, Amélia Janny, António Nobre, Silvestre Falcão, Alexandre da Conceição, Rodrigues Braga e outros. Numa clara apologia da ciência e dos novos ideais, são deste último os seguintes versos:

«E a bela Crença-nova, – a casta virgem – Mãe  
da exacta concepção do código do Bem –  
modesta como a paz, fria como um cutelo,  
debalde a tem chamado a língua do escapelo!»<sup>44</sup>

Anote-se ainda, em algumas publicações, a existência de secções e artigos relativos à História de Portugal, num claro intuito de evidenciar grandes figuras e factos da nossa história, mas também de cultivar o orgulho de ser português<sup>45</sup>.

No campo dos estudos morais, exalta-se a instituição familiar e defende-se uma educação própria para a mulher. A mulher que, até aqui, era vista como um ser inferior, passa a ser encarada como um modelo potencial de virtude. Na revista *Zumbidos* critica-se a comissão encarregada das comemorações do centenário de Camões, no

---

<sup>39</sup> *O Panorama Contemporâneo*, n.ºs 6, 7, 8 e 9, de Fevereiro, Março e Abril de 1884, pp. 46-48, 56, 64 e 68 e ss.

<sup>40</sup> *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro de 1882, p. 3.

<sup>41</sup> *A Evolução*, n.º 5, Coimbra, 25 de Dezembro de 1881, p. 3.

<sup>42</sup> *O Clarim*, n.º 3, Coimbra, 6 de Março de 1902, p. 2.

<sup>43</sup> *A Social*, n.º 3, Coimbra, 8 de Fevereiro de 1897, p. 37.

<sup>44</sup> Apud, *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 80.

<sup>45</sup> «É louvável e proveitoso que haja alguém a avivar, na geração presente, a descordada reminiscência dos tempos de labor e de honra, que tão distante levaram a fama de nossos ascendentes» (*A Crítica*, n.º 2, Março de 1888, p. 4).

Porto, por ter realizado, no Palácio de Cristal, um concurso de beleza feminina, porque «em lugar do prémio de beleza, os senhores comissários poderiam ter instituído com mais proveito o *prémio de virtude*»<sup>46</sup>.

Nos vários periódicos desenvolve-se uma campanha em prol da instrução feminina, a qual não se deve limitar a uma escolaridade mínima, mas abrangendo todos os níveis e graus de ensino. Nesta matéria, periódicos houve que chegaram mesmo a noticiar o número de mulheres que frequentavam e se haviam já formado, em universidades estrangeiras<sup>47</sup>.

Mas, porque «a natureza deu faculdades e funções, não inferiores, mas distintas»<sup>48</sup>, das do homem, as escolas públicas devem-lhes oferecer uma educação apropriada.

Entendendo ainda que a família não devia ser uma instituição despótica, quando entre marido e mulher deixasse de reinar o amor, a paz e a esperança de reconciliação, alguns periódicos faziam a defesa do divórcio.

Reconhecendo a imensa importância da instrução e de cultura, estes jovens estudantes pugnam pela necessidade de introduzir reformas na instrução pública. Para além da construção e equipamento de escolas, da criação de escolas profissionais, de uma revisão nos vencimentos dos professores, a instrução primária devia tornar-se obrigatória e gratuita, para que «nenhuma criança, por causa da pobreza de seus pais, seja privada desta alimentação espiritual não menos necessária que o pão do corpo»<sup>49</sup>. Os conteúdos e os métodos de ensino deviam ser igualmente alterados, ensinando às crianças, «em vez (do) catecismo religioso... o catecismo da natureza»<sup>50</sup>. Pugnava-se assim por uma visão secularizada da vida e da cultura.

Ainda no âmbito da instrução e da cultura e porque a moral é também sinónimo de evolução, bem-estar e progresso, uma outra linha de força que os vários periódicos nos transmitem é a ideia de que o trabalho é indispensável para a conquista de melhores condições de vida. Por isso ele é definido como um dom e um bem próprio do homem<sup>51</sup>; como uma força da virtude sobre o vício, do bem sobre o mal<sup>52</sup>; como uma força moral<sup>53</sup>; aliado à ciência, era a supremacia do homem sobre a natureza<sup>54</sup> e, de mãos-dadas com a Razão, era a fórmula libertadora dos fracos e dos oprimidos<sup>55</sup>.

---

<sup>46</sup> *Zumbidos*, n.º 1, p. 74.

<sup>47</sup> O jornal *Portugal* dava a seguinte notícia: «A imprensa alemã relata nas faculdades de direito, medicina e letras da Universidade de Berlim se matricularam cerca de duzentas senhoras». (*Portugal*, 1.º ano, n.º 2, Coimbra, 14 de Novembro de 1897, p. 3). Veja-se, também, *O Pedante*, n.º 8, Coimbra, 28 de Abril de 1901, p. 3.

<sup>48</sup> *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro de 1882, p. 3.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>50</sup> *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 6.

<sup>51</sup> «O trabalho é o verdadeiro património do homem» (*Correio da Universidade*, n.º 3, Coimbra, 31 de Outubro de 1886, p. 2).

<sup>52</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>53</sup> «A ideia e o preceito de que o *trabalho*... (é) sim uma necessidade orgânica, uma virtude moral» (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 5).

<sup>54</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>55</sup> Cfr. *O Clarão*, n.º 1, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1910, p. 1.

No sentido de revolucionar mentalidades, questiona-se, também, a religião, pois acredita-se que havia chegado o momento de exilar Deus e se proclamar uma nova religião — O amor da Humanidade.

Para além de se responsabilizarem os jesuítas e a inquisição pelo atraso cultural do país<sup>56</sup>, critica-se o culto da Imaculada Conceição, a infalibilidade do Papa e denunciavam-se os ataques que Pio IX fez à ciência e à modernidade, para se concluir que uma reconciliação entre a ciência e a religião é impossível, uma vez que os métodos de uma e de outra eram contrários<sup>57</sup>.

Reconhecendo a resistência que os defensores da velha religião ofereciam, a melhor maneira de se implementar o novo projecto era apostar na educação do povo e desencadear uma forte campanha de ilustração de carácter anticlerical. Neste sentido assistimos a um forte ataque à ignorância, aos costumes e formação do clero. Em nome da liberdade, Manuel Joaquim Massa, no artigo «Os Missionários», alerta o povo para os perigos que podem vir do púlpito e do confessionário. Acusando o clero de pregar uma moral e eles próprios fazerem o contrário, lança-lhes uma campanha de descrédito, para reconhecer que homens assim não são necessários em Portugal<sup>58</sup>.

Confrontados com o estado de decadência em que a sociedade se encontra, estes jovens jornalistas responsabilizam o sistema político vigente, que apelidam de «geringonça constitucional»<sup>59</sup>, por todo o atraso que se verifica no país. Daí que um jornal nos diga: «toda a fonte de vida da monarquia... está na própria ignorância, embrutecimento ou atraso dos povos sujeitos a ela»<sup>60</sup>. Impunha-se, por isso, questionar o modelo estabelecido e, conseqüentemente, fornecer à sociedade outros esquemas de pensamento, mais consentâneos com os sentidos da evolução e modernidade. Se a monarquia não servia, também o modelo socialista não entusiasmava, pelo que, no entender de alguns, «a forma de governo que nos pode dar mais soma de garantias materiais e morais é a República»<sup>61</sup>. Havia assim que esclarecer e politizar o público leitor. Em artigos vários como, por exemplo, «Um partido por afinidade», os redactores de *Zumbidos*<sup>62</sup> denunciam o modo de actuação das forças políticas, satirizam o seu comportamento de «empenhoca», pelo que, num tom de bom humor, alguns partidos são apelidados de «o partido dos sogros».

Reconhecendo a falta de cultura política da nossa gente, João de Caires, em «Críticas e Afirmções»<sup>63</sup>, reflectia sobre a melhor maneira de, em Portugal, se instituir o sufrágio universal, enquanto Carlos Borges, no artigo «A instrução e a política», escrevia: «Ensinem aos homens rudes do campo quais são os seus direitos... rasguem com luz

---

<sup>56</sup> Cfr. *O Panorama Contemporaneo*, n.º 5, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1884, pp. 35-36.

<sup>57</sup> «A religião fortifica-se na imutabilidade dos seus dogmas. A ciência nada considera imutável, e estabelece a evolução como a lei suprema tanto do mundo cósmico, como do mundo social» (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 87).

<sup>58</sup> Cfr. *Portugal*, n.º 6, Coimbra, 18 de Maio de 1896, p. 2.

<sup>59</sup> *Zumbidos*, n.º 1, p. 38.

<sup>60</sup> *A Evolução*, n.º 8, Coimbra, 15 de Janeiro de 1882, p. 3.

<sup>61</sup> *Idem*, n.º 1, p. 1.

<sup>62</sup> *Zumbidos*, n.º 1, pp. 26-32.

<sup>63</sup> *A Academia de Coimbra*, n.º 3, pp. 5-7 e n.º 5, pp. 3-4.

a escuridão do seu pensar e verão se a golilha da ameaça os arrastará como a bestas a lançar numa urna a lista em que vai inscrito o nome, muitas vezes, dum desconhecido»<sup>64</sup>.

Como se pode concluir, o problema político, como aliás todos os outros, resumiam-se a um problema de educação, de instrução e de cultura, uma vez que a nova revolução de que se falava era entendida como evolução e não como sublevação.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Periódicos

*A Academia de Coimbra* – 1886

*O Clarão* – 1910

*O Clarim* – 1902

*Correio da Universidade* – 1886-1887

*A Crítica* – 1888

*Diário do Governo*, I Série, n.º 216, 17 de Setembro de 1947

*A Evolução* – 1881-1882

*Folha Académica* – 1886

*O Panorama Contemporaneo* – 1883-1884

*O Pedante* – 1901

*Portugal* – 1896

*Portugal* – 1897

*Revista Científica e Litteraria* – 1880-1881

*A Social* – 1897

*Voz do Porvir* – 1897

*Zumbidos* – 1880

### 2. Outras Fontes

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CARVALHO, Joaquim de, *Obra Completa. V – História e crítica literárias. História da Ciência*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

—, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955.

COSTA, António da, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

—, *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.

---

<sup>64</sup> *A Social*, n.º 2, Coimbra, 24 de Janeiro de 1897, p. 25.

- FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Monis, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1977.
- GOMES, Joaquim Ferreira, «A Investigação em História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, org. de António Nóvoa e Júlio Ruiz Berrio, Lisboa, 1993.
- , «Situação actual da História da Educação em Portugal», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- LIMA, Campos, *A Questão da Universidade. (Depoimento d'un estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907.
- MARROU, H. I., *Do conhecimento histórico*, 3.ª ed., tradução de Ruy Belo, Lisboa, Aster, 1974.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Publicações Europa-América, n.º 318, Mem Martins, s.d..
- MENDES, José Maria Amado, *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.
- NORA, Pierre, «Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux», *Les lieux de mémoire. La République*, vol. I, Paris, Gallimard, 1984.
- NÓVOA, António, «Perspectivas de renovação da História da Educação em Portugal», *A História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, org. de António Nóvoa e Júlio Ruiz Berrio, Lisboa, 1993.
- , *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- PRATT, Alfredo de, *Bohemia de Coimbra. (Epizodios da vida académica)*, Coimbra, Imprensa Académica, 1899.
- QUEIROZ, Eça de, *Notas Contemporâneas*, 3ª. ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d..
- TORGAL, Luís Reis e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984.
- , «Produção e reprodução cultural», *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- TORGAL, Luís Reis e Maria do Rosário Azenha, «A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas», *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. «Comunicações»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- TORGAL, Luís Reis, «História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional», *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, tomo III, Coimbra, 1987.
- VASCONCELOS, António de, *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*, reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, vol. II, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1988.



Série  
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

2010

